



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

CONCURSO PUBLICO
PROCESSO Nº CPI/23/2023

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA
PRIVADA NO BAIRRO NASCER DO SOL E ANTIGA ESCOLA
(AMERICANA) T-234 SITO ÀS AMOREIRAS, SANTA CRUZ, PRAIA DA
VITÓRIA – ILHA TERCEIRA - AÇORES

CADERNO DE ENCARGOS

Aprovado,

3. 7. 2023



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª Objeto	4
Cláusula 2.ª Contrato	4
Cláusula 3.ª Prazo	5
CAPÍTULO II	5
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
Secção I	5
Obrigações do cocontratante	5
Cláusula 4.ª Obrigações principais	5
Cláusula 5.ª Responsável de segurança e vigilância	7
Cláusula 6.ª Postos de trabalho e horário	8
Cláusula 7.ª Pessoal	8
Cláusula 8.ª Equipamento	9
Cláusula 9.ª Forma de prestação de serviços	10
Cláusula 10.ª Avaliação e fiscalização da prestação de serviços	10
Cláusula 11.ª Conformidade da prestação de serviços	11
Cláusula 12.ª Obtenção de licenças, certificações, credenciações ou autorizações	11
Cláusula 13.ª Guarda e utilização das instalações e equipamentos	12
Cláusula 14.ª Sigilo	12
Secção II	13
Obrigações do contraente público	13
Cláusula 15.ª Preço base e preço contratual	13
Cláusula 16.ª Faturação e condições de pagamento	13
Cláusula 17.ª Outras obrigações do contraente público	14
Cláusula 18.ª Gestor do contrato	14
CAPÍTULO III	14
NORMAS RELATIVAS AOS TRABALHADORES	14
Cláusula 19.ª Seguros	14
Cláusula 20.ª Segurança, higiene e saúde no trabalho	15
Cláusula 21.ª Contratação de trabalhadores	15
CAPÍTULO IV	15
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	15
Cláusula 22.ª Penalidade contratuais	15
Cláusula 23.ª Força maior	16
CAPÍTULO V	17



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

DISPOSIÇÕES FINAIS	17
Cláusula 24.ª Cessão da Posição contratual e subcontratação	17
Cláusula 25.ª Comunicações e notificações	17
Cláusula 26.ª Proteção de dados pessoais	17
Cláusula 27.ª Foro competente	18
Cláusula 28.ª Legislação aplicável	18
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	19
Cláusula 1.ª Objeto	19
Cláusula 2.ª Especificações	19
Cláusula 3.ª Definições legais	19
Cláusula 4.ª Procedimentos	19
ANEXO I	22



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por concurso público, com publicação no *Diário da República*, que tem por objeto principal a "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA NO BAIRRO NASCER DO SOL E ANTIGA ESCOLA (AMERICANA) T-234, SITO ÀS AMOREIRAS, SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA-ILHA TERCEIRA - AÇORES", de acordo com as especificações técnicas definidas no presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo clausulado contratual e os seus anexos e regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente cadernos de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | Prazo

1. O contrato inicia-se na data da sua assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de 28 (vinte e oito) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do cocontratante

Cláusula 4.ª | Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e na proposta, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de cumprimento de toda a legislação em vigor no que concerne à prestação de serviços;
- b) Obrigação de prestar os serviços contratados, nos termos constantes das especificações técnicas do presente caderno de encargos;
- c) Obrigação de implementar e de gerir todos os serviços objeto do contrato para que o funcionamento seja o mais adequado permanentemente;
- d) Celebrar os contratos de seguro;
- e) Obrigações de assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços de segurança e vigilância, designadamente:
 - i. Controlar os acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas e viaturas não autorizadas em áreas restritas ou reservadas;
 - ii. Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela entidade adquirente;
 - iii. Abrir e encerrar os portões exteriores;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- iv. Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
- v. Monitorizar sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente de deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, sistemas de CCTV, entre outros;
- vi. Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos, distúrbios ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
- vii. Cumprir e garantir o cumprimento de regulamentos e outros normativos aplicáveis às instalações;
- viii. Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- ix. Proceder aos cortes de energia elétrica, de gás, de água ou outros, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;
- x. Informar, por escrito, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço, elaborando de forma imediata relatórios de incidentes, sempre que estes ocorram, onde sejam relatadas todas as anomalias detetadas e o tratamento dado às mesmas, devendo os mesmos serem remetidos com urgência possível ao gestor do contrato;
- xi. Realizar rondas de serviço nos termos e locais da proposta, sendo que, no mínimo, deverá realizar 6 (seis) rondas por dia, nos locais identificados no presente caderno de encargos;
- xii. Proceder à abertura e ao encerramento das instalações;
- xiii. Definir normas técnicas de serviço para o seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação do contraente público;
- xiv. Afetar um posto de vigilância ao pessoal vigilante que estará ininterruptamente presente, de modo a garantir a vigilância de todos os bens móveis e imóveis e equipar todo o seu pessoal com emissores-recetores rádio;
- xv. Efetuar tarefas diversas, de acordo com as necessidades do serviço consideradas essenciais para o normal funcionamento do mesmo;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- xvi. Solicitar a serviços ou autoridades competentes o apoio necessário para a resolução de problemas que ultrapassem os meios ao dispor;
 - xvii. Realizar e apresentar mensalmente ao gestor do contrato um relatório de ocorrências;
 - xviii. Manter a colaboração com os serviços no acesso aos chaveiros das instalações e edifícios objeto do contrato, não sendo permitida a entrega de qualquer chave aos trabalhadores da Direção Regional da Habitação sem a devida autorização para o efeito;
 - xix. Controlar e operar os equipamentos de vigilância eletrónica;
 - xx. Impedir a captação de imagens pelos meios de comunicação social ou outros que não estejam autorizados pelo contraente público;
 - xxi. Obrigação de comunicar qualquer situação anómala que seja detetada no local de prestação de serviços, sob a pena de ser responsabilizado por todas as consequências derivadas da não comunicação dos fatos;
 - xxii. Comunicar ao contraente público qualquer alteração ou substituição de trabalhadores que venha a ocorrer de forma não planeada;
- f) Obrigação de informar, de imediato, o gestor do contrato de quaisquer alterações que ocorram durante a execução do contrato e que respeitem à sua forma e constituição, designadamente, nome ou denominação social, endereço ou sede social, objeto social, poderes de representação no contrato celebrado, quaisquer outros atos que alterem de modo significativo a sua situação.

2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a | Responsável de segurança e vigilância

1. Na data da celebração do contrato, o cocontratante designa um responsável de segurança e vigilância a quem incumbe assegurar todas as relações correntes entre o cocontratante e o contraente público no âmbito do contrato.
2. O cocontratante deve fornecer os dados de contato (morada, telefone, telemóvel e/ou endereço eletrónico) do responsável de segurança e vigilância no início da prestação de serviços ao gestor do contrato designado pelo contraente público, que oportunamente facultará àquele o endereço eletrónico para o efeito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Cláusula 6.ª | Postos de trabalho e horário

1. A prestação de serviços contemplará os seguintes postos de trabalho e respetivos horários:

DESCRIÇÃO	N.º DE ELEMENTOS	HORARIO
PORTARIA/RONDAS	1	Todos os dias, incluindo feriados e tolerâncias de ponto, 24 horas por dia

2. Deverá ser enviado ao contraente público, por e-mail, semanalmente, o registo do serviço de rondas efetuadas.

3. O cocontratante deve utilizar equipamento com tecnologia do tipo memórias de contato, ou do tipo memórias RFID (Rádio Frequência), e com transmissão instantânea, via GPRS/SMS para a Central de Controlo.

4. No final de cada ronda o sistema deve guardar na central de controlo do cocontratante toda a informação necessária para a elaboração do relatório diário de rondas efetuadas.

5. O sistema deve gerar alertas para a central de controlo do cocontratante em caso de rondas não realizadas ou incompletas.

6. O sistema deve registar a data, a hora de início da ronda, pontos de passagem e final da ronda efetuada, bem como eventuais anomalias.

Cláusula 7.ª | Pessoal

1. O cocontratante obriga-se a apresentar ao gestor do contrato uma lista de pessoal designado para substituir os trabalhadores a afetar à prestação de serviços em situação de férias, faltas ou licenças.

2. O cocontratante obriga-se a afetar aos serviços pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação profissional devidamente credenciada.

3. O pessoal afeto terá que ter o perfil adequado ao local onde irá prestar o serviço, devendo ainda possuir as seguintes características:

- a) Pontualidade;
- b) Assiduidade;
- c) Boa apresentação;
- d) Interesse e aplicação;
- e) Honestidade;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- f) Sentido de responsabilidade;
- g) Capacidade de decisão e iniciativa;
- h) Facilidade de comunicação.

4. O cocontratante deverá desenvolver ações com vista à minimização da rotação dos colaboradores afetos à prestação de serviços nas instalações objeto da contratação, de forma a garantir a consistência, qualidade e continuidade dos trabalhos, devendo informar imediatamente o gestor do contrato de qualquer substituição de pessoal não prevista, designadamente, em caso de não comparência (falta) ou atraso de algum elemento escalado.

5. O pessoal ao serviço do cocontratante, quando no exercício das suas funções, deve obrigatoriamente usar uniforme e cartão profissional, do qual deve constar, nomeadamente, a identificação das respetivas funções, o nome do trabalhador, a categoria profissional e a validade do mesmo.

6. O contraente público poderá exigir a substituição de quaisquer elementos do cocontratante ou que para ele execute tarefas, quando este não respeite qualquer das obrigações previstas no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, bem como, em geral, quando considere que aquele pessoal não demonstre deter aptidão técnica, física ou psíquica adequadas ao cumprimento das obrigações a que o cocontratante se encontre vinculado.

7. O contraente público reserva-se no direito de implementar um sistema de controlo de assiduidade do pessoal do cocontratante.

8. O cocontratante será responsável por atos danosos praticados por negligência ou culpa do pessoal de serviço.

9. Verificando-se a situação prevista no número anterior, o cocontratante fica obrigado à reposição da situação inicial, à reparação ou à indemnização pelos danos provocados, consoante o caso.

Cláusula 8.^a | Equipamento

1. É da responsabilidade do cocontratante o fornecimento de todos os meios técnicos necessários ao integral cumprimento das tarefas atribuídas ao pessoal afeto ao cumprimento das obrigações do caderno de encargos ou das cláusulas contratuais.

2. Para efeitos previstos no número anterior, o cocontratante deverá obrigatoriamente afetar ao cumprimento das obrigações do caderno de encargos ou das cláusulas contratuais o seguinte equipamento mínimo:

- a) Viatura automóvel de apoio às rondas;
- b) Equipamentos necessários para a aferição das rondas obrigatórias efetuadas;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- c) Lanterna a pilhas ou carregador, com boa capacidade de iluminação à distância.
3. Em fases de pandemia, o cocontratante é responsável pelo fornecimento aos seus trabalhadores de todos os equipamentos de proteção individual necessários e de acordo com as recomendações da Autoridade de Saúde Regional, assim como de diretivas ou recomendações do contraente público.

Cláusula 9.ª | Forma de prestação de serviços

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o cocontratante fica obrigado a manter, sempre que solicitado, reuniões de coordenação com o contraente público, das quais deve ser lavrada ata, a ser assinada por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do gestor do contrato, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. O cocontratante fica também obrigado a apresentar, com periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços.
4. No final da execução do contrato, o cocontratante deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 10.ª | Avaliação e fiscalização da prestação de serviços

1. O cocontratante garante e é responsável pela qualidade dos serviços prestados ao contraente público.
2. A aferição da qualidade dos serviços é apurada pelo gestor do contrato que reporta ao Diretor Regional da Habitação a sua avaliação, efetuada por um nível de gravidade – pouco grave, grave e muito grave – às irregularidades identificadas.
3. São consideradas infrações pouco graves as seguintes:
 - i. Pessoal afeto à prestação de serviços não estar devidamente fardado ou identificado;
 - ii. Ausência dos equipamentos necessários à prestação de serviços ou deficiente estado do equipamento utilizado na mesma;
 - iii. Desconhecimento por parte do pessoal afeto ao contrato dos procedimentos definidos para as funções que desempenham;
 - iv. Falta de entrega dos relatórios nos prazos estipulados, desde que solicitados pelo contraente público.
4. São consideradas infrações graves as seguintes:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- i. Aplicação não conforme por parte do pessoal do cocontratante dos procedimentos definidos para as funções que desempenham, desde que o não cumprimento das mesmas não tenha tido consequências para a integridade das pessoas e bens;
 - ii. Comportamento incorreto por parte do pessoal afeto à prestação de serviços;
 - iii. Não cumprimento do plano de rondas;
 - iv. Ausência do pessoal ao serviço;
 - v. Não prestação dos serviços nas horas e dias definidos, quer por falta de colaboradores do cocontratante, quer em resultado da ocorrência de atrasos no cumprimento dos horários previstos para o início da prestação de serviços;
 - vi. Utilização indevida de instalações ou equipamentos por parte do pessoal ao serviço do cocontratante;
5. São consideradas infrações muito graves as seguintes:
- i. Aplicação não conforme por parte do pessoal do cocontratante dos procedimentos definidos para as funções que desempenham, caso o seu não cumprimento tenha tido consequências para a integridade das pessoas e bens;
 - ii. Instabilidade do quadro do pessoal afeto ao contrato, comprometendo a normal prestação de serviços;
 - iii. Pessoal afeto à prestação de serviços estar sob o efeito de bebidas alcoólicas ou outras substâncias que diminuem a sua capacidade para a correta prestação de serviços.
6. Quaisquer outras irregularidades detetadas que não sejam expressamente previstas no número anterior são classificadas pelo contraente público como pouco graves, graves ou muito graves.

Cláusula 11.^a | Conformidade da prestação de serviços

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere ao serviço prestado em execução do contrato, às exigências legais em matérias de obrigações do adjudicatário e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos da legislação aplicável.

Cláusula 12.^a | Obtenção de licenças, certificações, credenciações ou autorizações

1. O cocontratante obriga-se a requerer, custear, obter e manter em vigor todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício da atividade integrada ou de algum modo relacionada com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que para tal sejam necessários.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

2. O cocontratante deverá informar, de imediato, o gestor do contrato no caso de qualquer das licenças, certificações, credenciações ou autorizações a que se refere o número anterior lhe sejam retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicado, desde logo, que medidas que tomou ou irá tomar para repor tais títulos em vigor.

Cláusula 13.^a | Guarda e utilização das instalações e equipamentos

1. O cocontratante é responsável pela correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiadas, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou funcionamento ou as que lhe sejam dadas pelo contraente público, bem como, e em especial, as regras de segurança aplicáveis, designadamente no que respeita às chaves das instalações.

2. No termo do contrato, o cocontratante obriga-se a devolver os bens ou equipamentos que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de conservação.

3. A responsabilidade pela manutenção das instalações e equipamentos é do contraente público; no entanto, caso se verificarem danos às e nas instalações do contraente público, a título culposo ou objetivo, que resultem causalmente da prestação contratual, fica o cocontratante constituído na obrigação de indemnizar.

Cláusula 14.^a | Sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os agentes, trabalhadores e colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do trabalho.

3. Exclui-se o dever de sigilo previsto na informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do contraente público

Cláusula 15.^a | Preço base e preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, deve o contraente público pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço base, que constitui o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução da prestação de serviços objeto do presente procedimento, é de **€232.400,00**, a que acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 16.^a | Faturação e condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação dos serviços do mês a que respeitam.
3. As faturas devem ser emitidas em nome da **Direção Regional da Habitação, NIF 600087166, com sede na Rua Dr. João Francisco de Sousa, n.º 30, 9500-187 PONTA DELGADA**, e fazer menção ao número de compromisso atribuído nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, condição prévia para ser autorizado o respetivo pagamento, conforme estabelece o artigo 9.º da citada lei.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

4. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Cláusula 17.ª | Outras obrigações do contraente público

Constituem obrigações do contraente público:

- a) Efetuar o controlo de qualidade dos serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas contratadas;
- b) Verificar se o cocontratante emprega recursos de forma suficiente para realizar os resultados contratados;
- c) Comunicar ao cocontratante, por qualquer meio escrito, em tempo útil, qualquer discordância quanto aos serviços prestados, valores faturados ou equivalentes e os respetivos fundamentos e, ainda, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato.

Cláusula 18.ª | Gestor do contrato

1. De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designou um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. O gestor do contrato será devidamente identificado aquando da outorga do contrato.

CAPÍTULO III

NORMAS RELATIVAS AOS TRABALHADORES

Cláusula 19.ª | Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes à prestação do serviço objeto do contrato a celebrar e em total cumprimento das disposições legais no âmbito da atividade desenvolvida.
2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguros referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 3 (três) dias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Cláusula 20.^a | Segurança, higiene e saúde no trabalho

O cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente aos trabalhadores afetos à execução da prestação de serviços.

Cláusula 21.^a | Contratação de trabalhadores

Nos termos do n.º13 do artigo 42.º do CCP, é obrigatório o cumprimento pelo Cocontratante do disposto no artigo 419.º-A do CCP, nas situações em que seja aplicável à presente prestação de serviços.

CAPÍTULO IV

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 22.^a | Penalidade contratuais

1. Sem prejuízo do disposto em matéria de incumprimento do contrato previsto no CCP, no caso de incumprimento pelo cocontratante de alguma das obrigações contratuais previstas no presente caderno de encargos, o contraente público pode exigir daquele o pagamento de uma sanção pecuniária em montante a fixar, por infração, entre 0,5%, 0,75% e 1% do valor da adjudicação, até ao limite máximo legalmente previsto, consoante se trate de uma infração pouco grave, grave ou muito grave.
2. Sempre que se verifique a suspensão dos serviços por parte do cocontratante, o contraente público poderá adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença a existir, a cargo do cocontratante.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do cocontratante, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária até 20% do valor global do contrato.
4. Na determinação da gravidade de incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Cláusula 23.^a | Força maior

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normais leis;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador cuja a causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.^a | Cessão da Posição contratual e subcontratação

A possibilidade de cessão da posição contratual e subcontratação seguem o regime previsto nos artigos 316.º e seguintes do CCP, depende sempre de autorização expressa do contraente público, permanecendo o cocontratante, no caso de subcontratação, integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 25.^a | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o correio eletrónico da outra parte.
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, enquanto o contrato estiver em execução.

Cláusula 26.^a | Proteção de dados pessoais

1. Nos termos e para os efeitos da prestação de serviços objeto do presente caderno de encargos, o adjudicatário, que assume a posição de subcontratante, obriga-se a tratar os dados pessoais, cujo responsável pelo tratamento é a entidade adjudicante, de acordo com as finalidades, os meios, as medidas técnicas e organizativas e de segurança, bem como demais obrigações previamente definidas pela entidade adjudicante e que se encontram plasmadas no Acordo de Tratamento de Dados, cuja minuta constitui o ANEXO I do presente caderno de encargos, o qual constituirá, após a adjudicação, um anexo ao contrato e do mesmo fará parte integrante.
2. Para garantia do cabal cumprimento da proteção de dados pessoais, o adjudicatário obriga-se, igualmente, a prestar os serviços objeto do presente caderno de encargos, de acordo com as limitações ao tratamento de dados pessoais decorrentes da lei laboral e demais normativos aplicáveis.
3. Caso seja celebrado contrato escrito, os dados pessoais contidos no mesmo são considerados necessários para a formalização e execução do mesmo e, ainda, se necessário, para o cumprimento de outras obrigações legais, sendo aqueles de conservação permanente, em conformidade com o estipulado no artigo 5.º, n.º 1, alíneas b) e e) e no artigo 89.º, ambos do RGPD, e no artigo 21.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
4. A entidade adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.

5. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante a Direção Regional da Habitação, o direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados, através do e-mail vice-presidencia@azores.gov.pt, direito de apresentar exposições;
- c) A exercer perante a autoridade de controlo, nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados, direito de apresentar reclamação;
- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes, direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

6. Na publicitação do contrato, devida em cumprimento do CCP, a entidade adjudicante procederá previamente ao expurgo dos dados pessoais dos intervenientes que não sejam necessários para assegurar esta finalidade.

Cláusula 27.^a | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Clausula 28.^a | Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 1.^a | Objeto

O presente concurso tem por objeto a "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA NO BAIRRO NASCER DO SOL E ANTIGA ESCOLA (AMERICANA) T-234 SITO ÀS AMOREIRAS, SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA – ILHA TERCEIRA - AÇORES", no prazo de 28 (vinte e oito) meses, se nenhuma das partes o denunciar durante o seu prazo de vigência.

Cláusula 2.^a | Especificações

A prestação de serviços correspondente à área delimitada no Anexo II e deverá incluir:

- a) Rondas durante um período de 28 meses correspondente a 840 dias;
- b) Elementos em número suficiente para manter as rondas asseguradas, 24 horas por dia, com o mínimo de 1 (um) elemento.

Cláusula 3.^a | Definições legais

Para efeitos do disposto no presente caderno de encargos, considera-se:

- a) Portão I / Portaria edifício T-1427: Portão do acesso principal e serviço de portaria com apoio no edifício T-1427;
- b) Vedação: Conjunto de elementos construídos que constituem a vedação física da área delimitada e sujeita ao contrato;
- c) Ex-Escola americana: Conjunto de edifícios localizados no setor noroeste do Bairro Nascer do Sol e correspondente à ex-escola americana;
- d) Edifícios T 1405 e T-1422: Conjunto de edifícios a funcionar como armazéns temporários e com acesso reservado por pessoal autorizado pela Direção Regional da Habitação;
- e) Empresa de Vigilância: Empresa licenciada, com alvará passado pelo Ministério da Administração Interna, de acordo com a legislação portuguesa, designadamente a Lei nº34/2013, de 16 de maio,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

na sua redação atual, que desempenha funções de segurança privada, de preferência com plano integrado de Gestão de Qualidade;

- f) Rondas: Inspeção periódica realizada às áreas sujeitas à sua vigilância, com o propósito de prevenir acidentes e/ou incidentes, registando esta atividade através de meios mecânicos ou eletrónicos de controlo e efetuando o relatório das anomalias encontradas, segundo os percursos preestabelecidos pela Direção Regional da Habitação, que devem ser executados pelos vigilantes e controlados por testemunhos de passagem, conforme pontos de passagem e de início e fim de ronda referenciados no Anexo III;
- h) Testemunho de passagem; Controlo horário de passagem, em cada ronda, realizado por relógio, de preferência eletrónico. O cumprimento ou não cumprimento de um testemunho de passagem fica registado. Deverá ser entregue relatório diário desses registos ao responsável da segurança. Preferencialmente este relatório deverá ter formato eletrónico (remetido por email). Os testemunhos de passagem e respetivos pares do dispositivo de ativação são pertença da empresa de vigilância contratada.
- i) Vigilância: Conjunto de ações que visam minimizar os riscos de intrusão, furto, violência e acidentes, ou qualquer outra situação que possa afetar o património edificado e as infraestruturas existentes.
- j) Vigilante: Indivíduo com formação e comprovativo de formação específica, designadamente em formação de Quadros de Vigilante Profissional, atribuído pelo Ministério da Administração interna, devidamente autenticado e numerado (número de vigilante profissional), para funções de vigilância.

Cláusula 4.^a | Procedimentos

1. As 2 (duas) rondas obrigatórias e previstas no contrato deverão realizar-se conforme pontos de passagem e de início e fim de ronda referenciados no Anexo III, designadamente nos seguintes termos:

- a) Ronda exterior A: Ruas Vasco da Gama e Brianda Pereira e vedações do perímetro nordeste e sueste do bairro (pontos de rondas 1 a 6);
- b) Ronda exterior e interior B: Rua D. Henrique, vedações sul, sudoeste e noroeste do perímetro do bairro e complexo da ex-escola americana (Pontos de rondas 1 e 7 a 12).

2. A Ronda A deverá realizar-se no mínimo seis vezes por dia, de preferência em períodos separados de 4 horas, 7 (sete) dias por semana e em horários e percursos aleatórios de modo a evitar a repetição de rotinas de vigilância. O vigilante deverá verificar se existem situações fora do normal relativamente aos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

arruamentos e respetivas infraestruturas e aos edifícios confrontantes das Ruas Vasco da Gama e Brianda Pereira. Deverá ainda verificar o estado de conservação das vedações do perímetro nordeste e sueste do bairro, detetando se existem anomalias ou alterações na vedação que indiciem tentativas recentes de intrusão. O vigilante deverá verificar se os vãos exteriores dos edifícios T-1405 e T-1422 (com utilização de armazém) se encontram devidamente encerrados ou se existem sinais de tentativas recentes de intrusão ou de furto.

3. A Ronda B deverá realizar-se no mínimo seis vezes por dia, de preferência em períodos separados de 4 horas, 7 (sete) dias por semana e em horários e percursos aleatórios de modo a evitar a repetição de rotinas de vigilância. O vigilante deverá verificar se existem situações fora do normal relativamente aos arruamentos e respetivas infraestruturas e aos edifícios confrontantes da Rua D. Henrique, ou seja, do setor sudoeste do bairro. Deverá ainda verificar o estado de conservação das vedações do perímetro sul, sudoeste e noroeste do bairro, detetando se existem anomalias ou alterações na vedação que indiciem tentativas recentes de intrusão. Relativamente ao complexo da ex-escola americana o vigilante deverá percorrer os corredores interiores dos diferentes edifícios e verificar se existem evidências mais recentes de tentativas de intrusão ou furto, ou ainda sinais de vandalismo, seja nos vãos exteriores, seja em outros elementos construtivos dos mesmos imóveis. O vigilante deverá validar a ronda através dos pontos de registo de testemunho de passagem (pontos 10 a 12).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

ANEXO I

Acordo de Tratamento de Dados

Adenda ao contrato

[a que se refere o n.º 1 da cláusula 27.ª do presente caderno de encargos]

Entre

, pessoa coletiva número , com sede
na , neste ato representada por , na
qualidade de e com poderes para o presente ato, de ora em diante
designada por **Entidade Adjudicante** ou **Responsável pelo tratamento de dados**.
e

, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de
, adiante designada por **Adjudicatário** ou **Subcontratante**, doravante também
designadas, individualmente, por **Parte** ou, conjuntamente, por **Partes**,

Considerando que:

- a) A **Entidade Adjudicante** e o **Adjudicatário** celebraram entre si um contrato de "Aquisição de serviços de vigilância e segurança privada no Bairro Nascer do Sol e nos Edifícios dos Antigos Equipamentos sítos às Amoreiras, Santa Cruz, Praia da Vitória, Ilha Terceira, Açores", doravante designado abreviadamente por "**Contrato**";
- b) Para o cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do **Contrato**, o **Adjudicatário** poderá proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e em representação da **Entidade Adjudicante**;
- c) Relativamente ao tratamento de dados pessoais feito em nome da **Entidade Adjudicante** no âmbito do **Contrato**, o **Adjudicatário** atua na qualidade de **Subcontratante** e aquela, como **Responsável pelo tratamento**;
- d) O Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (doravante designado apenas por "RGPD"), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo Tratamento e Subcontratantes;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- e) A Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;
- f) A **Entidade Adjudicante** considera fundamentais, para o cumprimento do **RGPD**, o estabelecimento de regras subjacentes à recolha e tratamento de dados pessoais, segurança e privacidade de dados, pelos quais se deverá reger a sua relação com o **Adjudicatário** que procederá ao tratamento de dados pessoais, no âmbito do Contrato, por sua conta e representação, e na qualidade de **Subcontratante**;
- g) Pelo presente Acordo, serão estabelecidas as obrigações e deveres de ambas as **Partes**, para garantia de cumprimento do **RGPD**.

É livremente, e de boa-fé ajustado e reciprocamente aceite o presente Acordo de Tratamento de Dados, o qual, integrando os Considerandos anteriores, se regerá pelas cláusulas seguintes e pelos seus Anexos e, no que for omissos, pela legislação aplicável.

Cláusula Primeira

Definições

Para efeitos do presente acordo, todas as expressões que se refiram a matéria de tratamento e proteção de dados pessoais, terão o significado que consta do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, pelo que, em caso de dúvida na sua interpretação, deverão as **Partes** recorrer e socorrer-se do estipulado neste Regulamento.

Cláusula Segunda

Objeto

1. Pelo presente Acordo, as **Partes** obrigam-se a definir e implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas ao cumprimento do **RGPD** e respetiva lei nacional de execução, tendo em consideração a finalidade do estabelecimento da relação entre as **Partes**, bem como as inerentes atividades de recolha e tratamento de dados pessoais.
2. Se o Contrato for objeto de alguma alteração e da mesma resultar a necessidade de adaptar ou introduzir novas atividades de tratamento de dados pessoais em nome do **Responsável pelo tratamento**, as **Partes**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

deverão assegurar que este Acordo é devidamente atualizado em conformidade e que tal ocorrerá em momento prévio ao(s) tratamento(s).

Cláusula Terceira

Vigência e Duração

O **Subcontratante** reconhece e aceita que o tratamento de dados pessoais deve ser feito em estrita observância da legislação aplicável em matéria de proteção de dados e do estipulado no presente Acordo e apenas durante o tempo em que vigorar a relação contratual estabelecida entre si e o **Responsável pelo tratamento**, sem prejuízo da obrigação de sigilo, que perdura após o termo do contrato.

Cláusula Quarta

Categorias de Titulares de Dados cujos Dados Pessoais são tratados

Para efeitos do presente Acordo, os titulares de dados cujos dados pessoais são objeto de tratamento, são os seguintes:

- a) Trabalhadores;
- b) Utentes.

Cláusula Quinta

Categorias de Dados Pessoais

Para efeitos do presente Acordo, as categorias de dados pessoais utilizadas para o cumprimento das finalidades previstas na Cláusula seguinte são:

- 1) Dados constantes do documento de identificação exibido pelos utentes;
- 2) Nome dos trabalhadores da Entidade Adjudicante.

Cláusula Sexta

Finalidade(s) e licitude do Tratamento

- 1. Para efeitos do presente Acordo, constituem finalidades do tratamento de dados pessoais a prestação de serviços de vigilância e segurança, conforme melhor definida no Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual.
- 2. O tratamento de dados pessoais tem como fundamento de licitude os previstos nas alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Cláusula Sétima

Descrição do(s) Tratamento (s) de Dados

Para efeitos do presente acordo, as operações de tratamento a realizar para o cumprimento das finalidades suprarreferidas, são as seguintes:

- a) Recolha;
- b) Registo;
- c) Organização;
- d) Conservação;
- e) Consulta;
- f) Utilização;
- g) Destruição.

Cláusula Oitava

Obrigações das Partes

1. Nos termos e para os efeitos do presente Acordo, constituem obrigações do **Responsável pelo tratamento**:

- a) Aconselhar as medidas de segurança e privacidade subjacentes às atividades de tratamento dos dados pessoais levados a cabo pelo **Subcontratante**;
- b) Informar o **Subcontratante** de todas as circunstâncias relevantes para a realização do tratamento de dados, atendendo sobretudo à especificidade das finalidades descritas no presente Acordo e os potenciais riscos envolvidos;
- c) Comunicar ao **Subcontratante** quaisquer alterações que se tenham verificado nos dados pessoais em tratamento;
- d) Dar instruções documentadas ao longo de toda a duração do tratamento de dados pessoais;
- e) Definir prazos de conservação de dados pessoais fixados em noma legal ou regulamentar ou, quando tal não seja possível, o que se revele necessário para a prossecução da finalidade: 30 dias;
- f) Enumerar as finalidades que excecionam a limitação da conservação, tal como se segue:

- i. Para fins de arquivo de interesse público ou;
- ii. Para fins de investigação científica ou histórica ou;
- iii. Para fins estatísticos.

2. Constituem obrigações do **Subcontratante**:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- a) Utilizar os dados pessoais objeto de tratamento unicamente para as finalidades que determinaram a sua recolha, não podendo em caso algum utilizá-los com finalidades distintas daquelas para as quais os dados foram recolhidos;
- b) Tratar os dados de acordo com as instruções do **Responsável pelo tratamento**;
- c) No caso de considerar que algumas das instruções do **Responsável pelo tratamento** violam o RGPD ou qualquer disposição, em matéria de proteção de dados, nacional ou da UE deve informar, de imediato, o **Responsável pelo tratamento**;
- d) Deve elaborar um registo de todas as atividades de tratamento efetuadas por conta do **Responsável** que contenham:
 - i. Os tratamentos efetuados por conta do **Responsável pelo tratamento**;
 - ii. A descrição das medidas técnicas e organizativas de segurança concretas a aplicar no âmbito do presente acordo tal como se encontram previstas no ANEXO I;
- e) Prestar assistência ao **Responsável pelo tratamento** na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados;
- f) Dar apoio ao **Responsável pelo tratamento** quando haja lugar a consultas prévias junto da Autoridade de controlo (CNPD);
- g) Designar um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar ao **Responsável pelo tratamento** a sua identidade e contactos [Caso seja aplicável];
- h) Assumir o compromisso de cumprimento de um Código de Conduta ou de um procedimento de certificação para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações;
- i) Não subcontratar quaisquer entidades para a prossecução de atividades das quais resultem tratamento de dados, salvo quando exista autorização prévia e por escrito do **Responsável pelo tratamento**;
- j) Prestar toda a assistência necessária e solicitada pelo **Responsável pelo tratamento** para que este consiga assegurar eficazmente o cumprimento de todas as obrigações que decorrem do disposto nos artigos 32.º a 36.º do RGPD.

Cláusula Nona

Subcontratantes ulteriores

1. Caso o **Responsável pelo tratamento** autorize a subcontratação do tratamento pelo **Subcontratante** nos termos do número anterior, deverá este impor a esse outro **Subcontratante**, mediante a celebração



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

de um contrato escrito, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados impostas ao **Subcontratante** e estabelecidas no presente Acordo.

2. Para cumprimento do disposto no número anterior, o **Subcontratante** deverá apresentar o contrato escrito ao **Responsável pelo tratamento**, com a antecedência mínima de 30 dias, reservando-se este do direito de recusar a subcontratação caso entenda que o mesmo não assegura o mesmo nível de proteção que o presente Acordo, sem que daí lhe advenha qualquer responsabilidade perante o **Subcontratante**.

3. O **Subcontratante** reconhece e aceita que será plenamente responsável perante o **Responsável pelo tratamento** pelo incumprimento de qualquer obrigação em matéria de proteção de dados por qualquer subcontratante por si contratado.

Cláusula Décima

Medidas de segurança do tratamento

1. No âmbito do presente Acordo e para cumprimento do objeto do mesmo, nos termos do artigo 32.º do RGPD, o **Subcontratante** obriga-se a adotar as medidas técnicas e organizativas pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou ilegal.

2. O previsto no número anterior concretiza-se através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:2013 ou equivalente, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação, designadamente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

3. Em qualquer caso o **Subcontratante** deve implementar mecanismos que consigam garantir a segurança dos tratamentos designadamente as previstas nas alíneas a), b), c), d) do n.º 1 do artigo 32.º do RGPD, tal como previsto no ANEXO I.

4. Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 da presente Cláusula, deverá o **Subcontratante** considerar os seguintes princípios aplicáveis à segurança da informação:

- a) Garantia de proteção - a informação é um recurso crítico para o eficaz desenvolvimento de todas as atividades do Responsável pelo tratamento, sendo assim fundamental garantir a sua adequada proteção, nas vertentes de integridade, autenticidade, disponibilidade e confidencialidade;
- b) Sujeição à lei - tanto a política como as tarefas executadas no seu âmbito estão sujeitas à legislação aplicável, bem como às normas e regulamentos internos aprovados pelas entidades competentes;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- c) Necessidade de acesso - o acesso à informação deve restringir-se, exclusivamente, às pessoas que tenham necessidade de a conhecer para cumprimento das suas funções e tarefas;
- d) Transparência - deve assegurar-se a transparência, conjugando o dever de informar com a fixação, de forma clara, das regras e procedimentos a adotar para a segurança da informação sob a responsabilidade do Responsável pelo tratamento;
- e) Proporcionalidade - as atividades impostas pela segurança da informação devem ser proporcionais aos riscos a mitigar e limitadas ao necessário, minimizando a entropia no regular funcionamento do Responsável pelo tratamento;
- f) Obrigatoriedade de cumprimento - as políticas e procedimentos de segurança definidos devem ser integrados nos processos de trabalho e a execução das tarefas diárias deve ser pautada pelo seu cumprimento;
- g) Responsabilidades - as responsabilidades e o papel das entidades intervenientes na segurança da informação devem ser definidas de forma clara e ser alvo de monitorização e auditoria periódicas;
- h) Informação - todas as políticas e procedimentos específicos devem ser publicitados e comunicados a todos os utilizadores que deles necessitem para o desempenho das suas funções e tarefas;
- i) Formação - deve ser planeado, aprovado e executado um plano de formação e de divulgação que incida sobre o domínio da segurança da informação e sobre as políticas e procedimentos específicos adotados neste âmbito;
- j) Avaliação do risco - deve ponderar-se a necessidade de proteção da informação em função da sua relevância e das ameaças que sobre ela incidem. A avaliação do risco deve identificar, controlar e eliminar os diversos tipos de ameaças a que a informação se encontra sujeita. Os níveis de segurança, custo, medidas, práticas e procedimentos devem ser apropriados e proporcionais ao valor e ao nível de confiança da informação;
- k) Comunicação, registo e ponto de contacto único - todos os incidentes de segurança, bem como as fragilidades, têm de ser objeto de comunicação imediata e registo de forma a proporcionar uma resposta célere aos problemas. O processo de registo deve prever a identificação de um ponto único de contacto para onde devem ser canalizados todos os relatos;
- l) Sanções - a não observância das disposições de segurança da informação que se encontrem em vigor, será considerada como infração às normas aplicáveis e, como tal, será sujeita a sanções e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

medidas corretivas apropriadas de acordo com a legislação e normativos aplicáveis, ou que para o efeito venham a ser estabelecidos.

Cláusula Décima Primeira

Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, o **Subcontratante** obriga-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenha acesso, no âmbito da execução das suas atividades.
2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vincula o **Subcontratante** durante a vigência do contrato e após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1 cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta Cláusula, cabendo, em caso de litígio, ao **Subcontratante** provar que a informação já era do conhecimento público antes da divulgação ou execução por si.
4. O **Subcontratante** deverá garantir que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e a cumprir as medidas de segurança correspondentes.
5. O **Subcontratante** deverá rever periodicamente a lista das pessoas a quem foi concedido o acesso aos dados a qual, poderá ser retirado em função do resultado da revisão efetuada.
6. O **Subcontratante** deverá manter à disposição do **Responsável pelo tratamento** a documentação que comprove a obrigação de confidencialidade.

Cláusula Décima Segunda

Tutela dos direitos dos titulares dos dados pessoais

1. As **Partes** reconhecem que o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados pode ser efetuado diretamente, quer junto do **Subcontratante**, quer junto do **Responsável pelo tratamento** e/ou junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).
2. Neste sentido, e no âmbito da tutela dos direitos dos titulares dos dados pessoais, compete ao **Subcontratante**, obrigando-se este a:
 - a) Garantir o exercício de quaisquer direitos ao titular dos dados;
 - b) No momento da recolha dos dados, prestar toda a informação relativa ao tratamento dos seus dados;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- c) Prestar toda a assistência necessária ao **Responsável pelo tratamento**, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- d) Informar o **Responsável pelo tratamento** de eventuais retificações ou situações de apagamento dos dados pessoais que ocorram em virtude de uma solicitação dos titulares de dados pessoais, mediante notificação para o endereço de correio eletrónico indicado pelo **Responsável pelo tratamento**, imediatamente após o pedido formulado pelo titular dos dados, mas nunca depois do prazo de 24 horas, instruída com as informações relevantes para a resolução do pedido.

Cláusula Décima Terceira

Violação de dados pessoais

1. O **Subcontratante** notificará o **Responsável pelo tratamento**, sempre antes do prazo máximo de 72h estabelecido no RGPD, de todas as violações de dados pessoais de que tenha conhecimento, nos termos estabelecidos no artigo 33.º, n.º 3 do RGPD.
2. Compete ao **Subcontratante** comunicar as violações de segurança de dados à CNPD, a qual, deverá conter a seguinte informação:
 - a) Descrever a natureza da violação de segurança dos dados pessoais e o número aproximado de afetados;
 - b) Comunicar o nome e os contactos do Encarregado de Proteção de Dados;
 - c) Descrever as consequências da violação da segurança dos dados pessoais;
 - d) Descrever as medidas adotadas para impedir a violação de segurança dos dados pessoais incluindo as medidas de mitigação dos possíveis efeitos negativos.

Cláusula Décima Quarta

Auditorias

O **Subcontratante** assume o compromisso de disponibilizar ao **Responsável pelo tratamento** todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das suas obrigações e facilita e contribui para o cumprimento das auditorias ou inspeções conduzidas pelo Responsável pelo tratamento ou por auditor por este mandatado, inclusive nas suas próprias instalações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Cláusula Décima Quinta

Destino dos dados

O **Subcontratante** compromete-se a devolver ao **Responsável pelo tratamento** todos os dados pessoais depois de cumpridas as finalidades indicadas pelo **Responsável pelo tratamento**, devendo ainda apagar, nesse momento, todas as restantes cópias ou versões que contenham os referidos dados, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do Direito da União ou dos Estados Membros.

Cláusula Décima Sexta

Suspensão e ou Resolução

1. A efetiva existência de uma situação de incumprimento, quer do presente Acordo, quer dos normativos constantes do RGPD e da legislação nacional de execução, é causa bastante para a resolução do mesmo, podendo o **Subcontratante** incorrer em responsabilidade civil perante o **Responsável pelo tratamento**.
2. A verificação do disposto em qualquer dos números anteriores tem como consequência direta a cessação da execução do objeto do presente Acordo, podendo implicar para o **Subcontratante**, o dever de indemnização ao **Responsável pelo tratamento** por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula Décima Sétima

Divergências

Caso se verifique qualquer conflito ou divergência entre as cláusulas do presente Acordo e o Contrato, que se encontrem em vigor no momento em que as cláusulas do Acordo sejam acordadas ou que sejam celebrados posteriormente, prevalecem as cláusulas do presente Acordo.

Cláusula Décima Oitava

Disposição Final

As Partes acordam que o presente Acordo faz parte integrante do Contrato, pelo que, deverá ser anexado ao mesmo.

Celebrado em Ponta Delgada, em de de , em dois exemplares, que ficam na posse de cada uma das Partes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

ANEXO I ao Acordo

Medidas técnicas e organizativas destinadas a garantir a segurança dos dados pessoais

[Sem prejuízo de virem a ser adotadas outras medidas que se afigurem mais eficazes a prevenir riscos que ponham em causa os princípios e regras que enformam o RGPD, as medidas técnicas e organizativas têm de ser descritas de forma concreta.]

[Entre as medidas técnicas e organizativas abaixo exemplificadas, devem ser adotadas as medidas que garantam um nível de segurança adequado, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e a finalidade do tratamento, bem como os riscos para os direitos e as liberdades das pessoas singulares:

- Medidas de pseudonimização (expurgo dos dados, codificação) e de cifragem dos dados pessoais;
- Medidas destinadas a assegurar a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- Medidas destinadas a restabelecer atempadamente a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais em caso de incidente físico ou técnico, processos para testar, apreciar e avaliar periodicamente a eficácia das medidas técnicas e organizativas a fim de garantir a segurança do tratamento;
- Medidas de identificação e de autorização do utilizador;
- Medidas de proteção de dados durante a transmissão;
- Medidas de proteção de dados durante a conservação;
- Medidas destinadas a garantir a segurança física dos locais onde os dados pessoais são tratados;
- Medidas destinadas a garantir o registo cronológico de acontecimentos;
- Medidas destinadas a garantir a configuração do sistema, incluindo a configuração por defeito;
- Medidas de governação e de gestão interna do serviço informático e do serviço de segurança informática;
- Medidas de certificação/garantia dos processos e dos produtos;
- Medidas destinadas a garantir a minimização dos dados;
- Medidas destinadas a garantir a qualidade dos dados;
- Medidas destinadas a garantir uma limitação da conservação dos dados;
- Medidas destinadas a garantir a responsabilidade;
- Medidas destinadas a permitir a portabilidade dos dados e a garantir o seu apagamento;
- Acordo de Tratamento de Dados com entidades subcontratantes;
- Política de Privacidade e Política de Cookies (se aplicável).]



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

ANEXO II

Localização e delimitação das instalações objeto da contratação





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

ANEXO III

Localização dos pontos de rondas



Legenda:

Ronda A

1. Portão I de acesso principal / Portaria no edifício de apoio T-1427
2. Edifícios e vedação a nordeste
3. Casa do comandante e vedação a sueste
4. Edifícios e vedação a sueste
5. Arruamentos e edifícios do setor central e edifícios de armazenagem (T-1405 e T-1422)
6. Caminho das Amoreiras (canto da vedação)

Ronda B

1. Portão I de acesso principal / Portaria no edifício de apoio T-1427
7. Arruamentos, edifícios e vedação do setor sul
8. Portão II
9. Portão III
10. Interior do edifício do complexo da ex-escola americana
11. Interior do edifício do complexo da ex-escola americana
12. Interior do edifício do complexo da ex-escola americana